



# Carta de

GOVERNO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL  
Secretaria da Coordenação e Planejamento  
FUNDAÇÃO DE ECONOMIA E ESTATÍSTICA  
Siegfried Emanuel Heuser

# Conjuntura FEE

ANO 12 Nº 4  
Abril de 2003

## A guerra e as exportações do RS para o Oriente Médio

Entre março de 2002 e fevereiro de 2003, o Oriente Médio absorveu 5,6% das exportações do RS, sendo que os principais produtos para lá exportados foram: óleo; farelo e grão de soja; frango congelado; carrocerias para veículos; tratores; herbicidas; calçados; e fumo. Enquanto as vendas totais do RS ao Exterior, no referido período, comparadas com as dos 12 meses anteriores, se elevaram em 5,04%, as exportações do Estado para o Oriente Médio cresceram 25,29%, caracterizando essa região como um dos mercados emergentes para os produtos do RS.

Entretanto a guerra na região e o pós-guerra poderão trazer efeitos negativos sobre o comércio externo gaúcho, especialmente com o Oriente Médio, já que poderão ocorrer dificuldades no embarque e no desembarque de produtos na região, além de aumentos nos preços do seguro e do frete. Os produtos industrializados que não são de primeira necessidade ou aqueles ligados à produção (como os exportados pelo RS para o Iraque) poderão ter sua demanda reduzida, tendo em vista o colapso na produção que costuma afetar as zonas de conflito bélico. Apesar de as exportações do RS para o Oriente Médio terem aumentado 66% nos primeiros dois meses de 2003 — antes, portanto, da guerra —, nos últimos dias, tem-se observado uma diminuição nos pedidos dos importadores, embora os dados para março, até o momento, ainda não estejam disponíveis. Em janeiro e fevereiro deste ano, houve um aumento da concentração das vendas nos dois principais produtos da pauta (óleo de soja e frango), o que pode estar associado à intenção de formar estoques preventivos de alimentos, que, uma vez alcançados, terão sua demanda reduzida. Produtos gaúchos — como calçados e móveis, que estavam ensaiando um crescimento relativo importante para a região — poderão sofrer retrações em suas vendas, interrompendo-se uma trajetória de conquista e manutenção de no-

vos mercados, onde o Oriente Médio era um dos alvos.

Particularmente no caso do Iraque, vale destacar que esse mercado, embora represente uma parcela pequena das exportações gaúchas (menos de 1%), vinha despontando como um dos mais dinâmicos para as vendas externas do RS, não só pela sua taxa de crescimento (104% entre março de 2002 e fevereiro de 2003) como pelo perfil de suas mercadorias, predominantemente de produtos industrializados, como tratores, colheitadeiras, reboques e máquinas semeadeiras. Entretanto, nos dois primeiros meses de 2003, antes, portanto, do desencadeamento efetivo do conflito, não houve qualquer exportação do Estado para esse país, já sinalizando dificuldades futuras nesse mercado.

Mesmo assim, alguns analistas acreditam que o conflito poderá aumentar as exportações gaúchas para o Oriente Médio. Isto porque os principais produtos exportados pelo Estado para lá (complexo soja e frango) têm os Estados Unidos como grande fornecedor, e poderia haver um boicote dos países árabes aos produtos norte-americanos. Todavia o sentimento predominante é o de que os prejuízos causados pela guerra ao comércio gaúcho com a região ultrapassarão largamente os prováveis benefícios.

Embora o Oriente Médio seja a região mais afetada, para este ano espera-se, também, não apenas como consequência do conflito, mas como parte do funcionamento da economia internacional, um desaquecimento econômico global e um decorrente aumento do protecionismo tanto nos Estados Unidos quanto na Europa. Com isso, intensificar-se-iam ainda mais as dificuldades para exportar e negociar os acordos multilaterais em andamento, especialmente os agrícolas, o que prejudicaria especialmente as vendas externas do Estado.

### CAPÍTULOS

	2001-02 (US\$ 1 000 FOB)	2002-03 (US\$ 1 000 FOB)	Δ%	2001-02	2002-03
02 - Carnes e miudezas, comestíveis .....	100 349	94 165	-6,16	34,18	25,60
15 - Gorduras, óleos e ceras animais ou vegetais, etc. ....	56 449	92 508	63,88	19,23	25,15
23 - Resíduos e desperdícios das indústrias alimentares, etc. ....	15 520	45 122	190,73	5,29	12,27
12 - Sementes e frutos oleaginosos, grãos, sementes, etc. ....	47 479	42 819	-9,82	16,17	11,64
87 - Veículos automóveis, tratores, etc., suas partes/acessórios .....	23 543	42 169	79,12	8,02	11,46
Outros .....	50 236	51 032	1,58	17,11	13,87
<b>TOTAL</b> .....	<b>293 577</b>	<b>367 815</b>	<b>25,29</b>	<b>100,00</b>	<b>100,00</b>

FONTE DOS DADOS BRUTOS: Mdic/Secex/Dtic/Sistema Alice.

## Analfabetismo zero em quatro anos

O **Censo 2000** aponta que o número de analfabetos absolutos, pessoas de 15 anos ou mais incapazes de ler e de escrever um bilhete simples, ainda é significativo entre a população, pois abarca 16,3 milhões de brasileiros, representando 13,63% daquela faixa etária da população. No RS, os analfabetos representam 6,65% da população com 15 anos ou mais, totalizando 501 mil pessoas. Essas taxas refletem as precárias condições de vida e de trabalho, ocorrendo as maiores taxas de analfabetismo no meio rural, embora a área urbana concentre, em valores absolutos, o maior contingente. A implantação da educação para todos e de boa qualidade poderá apontar o caminho para a construção da cidadania e da superação da nossa baixa escolaridade.

O analfabetismo teve uma queda significativa entre os anos de 1991 e 2000, regredindo em seis pontos percentuais no Brasil e em três pontos no Estado. A eliminação do analfabetismo consta na Constituição Federal de 1988 e em documentos da ONU, como é o caso da Agenda 21. Recentemente, o Ministério da Educação procurou o apoio da UNESCO à política de erradicação do analfabetismo. O Ministério da Educação tem afirmado que é possível erradicar o analfabetismo em quatro anos, estando o RS capacitado a atingir essa meta nesse prazo.

Número de analfabetos e taxa de analfabetismo no Brasil e no RS — 1991 e 2000

DISCRIMINAÇÃO	1991			2000		
	Total	Urbano	Rural	Total	Urbano	Rural
<b>Brasil</b>						
Número de analfabetos (1 000 hab.) ...	19 233	10 561	8 672	16 295	10 131	6 164
Taxa de analfabetismo (%) .....	20,07	14,19	40,53	13,63	10,25	29,79
<b>Rio Grande do Sul</b>						
Número de analfabetos (1 000 hab.) ...	647	409	238	501	345	156
Taxa de analfabetismo (%) .....	10,12	8,36	15,83	6,65	5,62	11,24

FONTE: IBGE.

Salvatore Santagada (FEE/NIS)

## Dificuldades no uso da política de juros altos no Brasil

Depois de elevar, em fevereiro, a taxa de juros Selic pelo quinto mês consecutivo, o Bacen manteve-a em 26,5% em março, com o objetivo de assegurar a meta inflacionária acertada com o FMI. A lógica dos juros altos é tornar o crédito mais caro, desestimulando, assim, os agentes econômicos a buscarem financiamento e dificultando o aumento dos preços no mercado.

No Brasil, alguns fatores inibem a eficácia dessa política. Em primeiro lugar, cerca de 16% da dívida interna brasileira é corrigida por taxas de juros pós-fixadas e de curto prazo, o que aumenta a renda dos detentores desses títulos.

Outra dificuldade é a pequena demanda por crédito no Brasil em comparação a outros países. Segundo dados do FMI para o ano 2000, enquanto, no Japão, o crédito representava 191,4% do PIB, no Brasil, significava 29,4%. Hoje, segundo dados de janeiro de 2003, essa relação encontra-se por volta de 23,8%.

Esses problemas, somados ao não-cumprimento das metas de inflação em 2001 e 2002 e à decisão do Bacen de utilizar o conceito de meta ajustada, têm corroído a credibilidade da autoridade monetária

e reduzido as expectativas do mercado, fundamentais para manter a inflação sob controle num regime de metas inflacionárias.

Evolução da taxa de juros Selic — jul./02-mar./03

MESES E ANOS	TAXA SELIC (%)
Jul./02	18,0
Ago./02	18,0
Set./02	18,0
Out./02	21,0
Nov./02	21,0
Dez./02	22,0
Jan./03	25,0
Fev./03	25,5
Mar./03	26,5

FONTE: Bacen.

NOTA: A taxa Selic é ao ano.

Edison Marques Moreira (FEE/NEESF)



Tenha acesso a esta e a outras  
publicações em  
nossa Home Page  
[www.fee.tche.br](http://www.fee.tche.br)

Carta  
de  
Conjuntura FEE

**ECONOMIA BRASILEIRA**

Variáveis macroeconômicas selecionadas — dez./93-fev./03

MESES E ANOS	TAXAS ANUAIS DE CRESCI- MENTO DO PIB (1) (IBGE)	TAXA DE INVESTI- MENTO (2) (% do PIB) (IPEA)	TAXA MÉDIA DE DESEMPREGO ABERTO (3) (% da PEA) (IBGE)	TAXAS ANUAIS DE VARIAÇÃO DO ÍNDICE DE PREÇOS (4) (IPCA/IBGE)	TAXAS BÁSICAS DE JUROS AO ANO (%) (Bacen)	TAXA EFETIVA DE CÂMBIO (5) (Funcex)		SALÁRIOS REAIS NA INDÚSTRIA (IBGE)		BASE MONETÁRIA (saldo em R\$ milhões correntes) (Bacen)
						Índice (base fixa ago./94 = = 100)	Taxa de Variação (4)	Índice (base jan./01 = = 100)	Taxa de Variação (7)	
Dez./93	4,93	18,7	-	2 477,7	...	112,9	-9,5	107,6	-1,3	...
Dez./94	5,85	21,6	-	916,5	56,4	88,6	-21,5	115,7	0,8	17 265
Dez./95	4,22	20,2	-	22,4	38,9	99,8	12,6	127,6	-0,4	20 746
Dez./96	2,65	21,0	-	10,1	23,0	98,6	-1,2	127,2	0,2	20 106
Dez./97	3,27	22,2	-	5,2	40,9	93,7	-5,4	132,8	0,8	32 283
Dez./98	0,13	21,2	-	1,7	39,4	99,1	5,8	131,3	-0,5	39 285
Dez./99	0,81	19,6	-	8,9	19,0	115,8	16,9	125,4	0,1	45 407
Dez./00	4,36	20,3	-	6,0	16,5	109,6	-5,4	127,9	0,4	46 304
Fev./01	-	-	-	6,3	15,3	112,2	1,8	95,4	-4,6	44 300
Mar./01	4,14	20,1	-	6,4	15,3	114,4	5,7	96,2	0,9	43 306
Abr./01	-	-	-	6,6	15,8	117,9	7,8	95,5	-0,8	43 543
Mai/01	-	-	-	7,0	16,3	124,9	12,2	95,7	0,2	43 636
Jun./01	3,56	19,9	-	7,4	16,8	125,0	12,9	95,9	0,2	43 936
Jul./01	-	-	-	7,1	18,3	126,2	17,9	96,5	0,6	45 004
Ago./01	-	-	-	6,4	19,0	128,8	24,2	94,5	-2,1	45 010
Set./01	2,64	19,8	-	6,5	19,0	137,1	31,7	93,3	-1,2	45 133
Out./01	-	-	11,7	7,2	19,0	135,6	28,5	92,2	-1,3	45 430
Nov./01	-	-	11,5	7,6	19,0	123,6	13,3	104,0	12,9	45 587
Dez./01	1,42	19,2	10,6	7,7	19,0	114,1	4,1	130,3	25,3	52 846
Jan./02	-	-	11,1	7,6	19,0	109,5	-1,4	99,6	-23,6	52 298
Fev./02	-	-	12,5	7,5	19,0	106,7	-4,9	94,9	-4,7	50 056
Mar./02	0,29	18,7	12,9	7,7	18,8	103,2	-9,8	94,7	-0,2	49 371
Abr./02	-	-	12,5	8,0	18,5	102,2	-13,3	95,0	0,3	48 598
Mai/02	-	-	11,9	7,8	18,5	108,5	-13,1	95,9	0,9	49 265
Jun./02	-0,01	18,6	11,6	7,7	18,5	117,1	-6,3	94,5	-1,5	50 577
Jul./02	-	-	11,9	7,5	18,5	125,7	-0,4	95,2	0,7	54 220
Ago./02	-	-	11,7	7,5	18,0	129,4	0,5	93,6	-1,7	56 266
Set./02	0,49	-	11,5	7,9	18,0	136,1	-2,5	92,2	-1,4	58 165
Out./02	-	-	11,2	8,4	21,0	145,0	6,9	92,0	-0,2	60 607
Nov./02	-	-	10,9	10,9	22,0	127,7	3,3	101,9	10,8	61 344
Dez./02	1,52	-	10,5	12,5	25,0	126,4	10,8	121,9	19,6	69 901
Jan./03	-	-	11,2	14,5	25,5	133,5	21,9	94,2	-22,7	68 886
Fev./03	-	-	11,6	15,8	26,5	-	-	-	-	64 092

(continua)

MESES E ANOS	NECESSI- DADES PRIMÁRIAS DE FINAN- CIAMENTO DO SETOR PÚBLICO (6) (% do PIB) (Bacen)	DÍVIDA LÍQUIDA TOTAL DO SETOR PÚBLICO (% do PIB) (Bacen)	INDÚSTRIA				SETOR EXTERNO					Reservas Externas (conceito de liquidez internacional) (US\$ milhões) (Bacen)	Dívida Externa Total (US\$ milhões corren- tes)
			Índice da Produção Física (base 1991 = 100) (IBGE)	Taxas de Crescimento (IBGE)		Utilização da Capacidade Instalada (%) (IBRE)	Taxas de Crescimento (Secex)		% do PIB (Bacen)				
				Produção física (1)	Produ- tividade física da indús- tria (7)		Exporta- ções (1)	Impor- tações (1)	Transa- ções cor- rentes (6)	Investi- mentos diretos (6)	Transações correntes não cobertas por investimento (6)		
Dez./93	...	...	97,13	7,5	-	(8)77	8,1	25,1	-0,14	...	...	32 211	...
Dez./94	-5,09	28,5	114,32	7,6	-	(8)80	12,3	28,7	-0,31	...	...	38 806	...
Dez./95	-0,35	29,9	100,71	1,8	-	(8)83	6,8	51,1	-2,55	...	...	51 840	...
Dez./96	0,09	33,3	108,88	1,7	-	(8)82	2,7	6,7	-2,98	1,28	1,70	60 110	...
Dez./97	0,98	34,5	105,37	3,9	-	(8)84	11,0	15,1	-4,16	2,13	2,03	52 173	199 998
Dez./98	-0,01	42,6	102,90	-2,0	-	(8)82	-3,5	-6,2	-4,24	3,66	0,58	44 556	241 777
Dez./99	-3,13	49,7	111,73	-0,7	-	(8)81	-6,1	-14,9	-4,72	5,33	-0,60	36 342	241 468
Dez./00	-3,56	48,8	120,29	6,6	-	-	14,7	13,8	-4,02	5,44	-1,42	33 011	236 156
Fev./01	-3,54	49,6	115,03	6,2	-1,2	-	13,7	14,8	-4,44	5,20	-0,76	35 413	238 230
Mar./01	-3,53	50,2	130,49	6,5	9,2	-	13,6	15,4	-4,61	5,23	-0,62	34 407	220 563
Abr./01	-3,90	50,4	122,60	6,8	-5,9	83,9	13,6	15,9	-4,55	5,40	-0,85	34 653	...
Mai/01	-3,79	51,9	132,99	6,6	6,9	-	12,7	15,9	-4,70	5,53	-0,82	35 459	...
Jun./01	-3,91	51,3	126,88	5,9	-2,5	-	11,9	15,9	-4,73	5,21	-0,48	37 318	224 015
Jul./01	-4,05	52,8	132,38	5,4	3,5	80,9	9,9	13,9	-4,94	4,81	0,13	35 552	224 411
Ago./01	-3,78	54,0	136,23	4,7	2,5	-	7,8	11,2	-4,95	4,68	0,27	36 299	226 818
Set./01	-3,80	54,8	127,39	4,2	-5,3	-	6,8	8,0	-4,90	4,74	0,17	40 054	232 425
Out./01	-3,95	54,4	132,22	3,3	2,1	79,8	6,8	5,8	-4,79	4,67	0,13	37 492	230 000
Nov./01	-3,68	53,1	128,43	2,7	-1,7	-	6,2	3,5	-4,69	4,06	0,63	37 234	228 603
Dez./01	-3,67	52,6	112,54	1,6	-10,7	-	5,7	0,1	-4,55	4,40	0,15	35 866	226 067
Jan./02	-3,64	55,1	117,81	0,6	6,4	79,5	2,6	-4,6	-4,37	4,41	-0,04	36 167	225 582
Fev./02	-3,61	54,7	113,59	0,4	-0,9	-	2,0	-5,6	-4,28	4,42	-0,15	35 906	225 348
Mar./02	-3,33	54,6	125,76	-0,6	8,2	-	-0,9	-10,3	-4,00	4,53	-0,53	36 721	226 962
Abr./02	-3,37	54,6	130,15	-0,6	1,2	79,1	-1,8	-11,2	-3,96	4,56	-0,60	33 008	224 695
Mai/02	-3,29	55,7	131,75	-1,1	-0,2	-	-4,0	-14,5	-3,94	4,49	-0,55	32 889	225 088
Jun./02	-3,43	58,1	127,77	-0,9	-2,1	-	-5,9	-17,0	-3,80	4,61	-0,82	41 999	235 815
Jul./02	-3,51	62,1	136,64	-0,8	6,2	79,0	-3,7	-16,7	-3,52	4,33	-0,81	39 060	231 955
Ago./02	-3,49	58,2	137,38	-0,7	0,8	-	-4,0	-17,8	-3,24	4,26	-1,01	37 643	228 723
Set./02	-3,92	63,6	134,29	-0,1	-2,5	-	-1,0	-16,8	-2,82	4,24	-1,42	38 381	229 228
Out./02	-4,13	58,4	143,91	0,9	5,1	80,1	0,9	-17,0	-2,33	4,26	-1,93	35 855	227 273
Nov./02	-4,14	56,7	134,40	1,4	-5,4	-	1,7	-16,5	-2,05	4,07	-2,02	35 592	225 305
Dez./02	-3,96	56,5	118,40	2,3	-9,7	-	3,8	-14,5	-1,70	3,63	-1,93	37 823	227 689
Jan./03	-4,12	56,2	121,06	2,7	2,9	80,8	6,3	-12,9	-1,41	3,52	-2,10	38 772	-
Fev./03	-4,38	56,6	-	-	-	-	9,4	-11,0	-1,22	3,51	-2,29	38 530	-

FONTE: IPEA. IBGE. Bacen. DIEESE. FGV. IBRE. Macrométrica.

(1) Variação percentual do fluxo dos últimos 12 meses em relação aos 12 meses anteriores. (2) Taxa de investimento no trimestre (preços 1990). Taxa obtida a partir da relação entre as séries de índices reais (base fixa, dessazonalizado da formação bruta de capital fixo e do PIB). (3) Pessoas que procuraram trabalho de maneira efetiva nos últimos 30 dias anteriores ao da entrevista e não exerceram nenhum trabalho. (4) Variação percentual em relação ao mesmo mês do ano anterior. (5) R\$/cesta de 13 moedas: EUA, Japão, ALADI (Argentina, Uruguai, Paraguai, Chile e México) e Europa (Alemanha, França, Itália, Holanda, Reino Unido e Bélgica). (6) Valor dos últimos 12 meses. (7) Variação percentual em relação ao mês anterior. (8) Média do ano.

## Carta de Conjuntura - Ano 12 nº 4

### ECONOMIA DO RS

Variáveis selecionadas — nov./00-abr./03

MESES E ANOS	PIB (1)	PRODUÇÃO FÍSICA NA INDÚSTRIA			ICMS (R\$ milhões)				ÍNDICES DE PREÇOS	
		Base Fixa (4)	Mês (5)	Acumulado no Ano (6)	Industrial	Comércio Atacadista	Comércio Varejista	Total	IEPE (7)	CUB (R\$)
Nov./00	-	147,95	107,69	109,30	319,6	72,9	48,2	508,4	115,11	518,65
Dez./00	4,4	128,62	101,38	108,67	307,1	75,2	47,0	497,3	115,39	519,24
Jan./01	-	129,12	107,99	107,99	336,7	70,1	99,4	571,2	117,19	520,81
Fev./01	-	127,30	97,24	102,37	298,7	72,4	59,1	497,4	117,05	521,22
Mar./01	-	155,99	99,35	101,21	261,5	66,5	49,1	453,0	117,60	520,63
Abr./01	-	152,14	103,99	101,94	336,2	81,1	60,2	553,2	118,72	524,37
Mai./01	-	154,69	97,67	100,99	311,6	69,2	48,9	518,6	118,85	528,28
Jun./01	-	147,61	96,49	100,20	303,6	64,9	61,0	505,4	119,42	532,23
Jul./01	-	151,08	98,44	99,93	291,6	111,8	64,1	547,3	120,39	545,90
Ago./01	-	156,23	99,06	99,81	263,7	104,1	61,8	510,2	120,88	553,17
Set./01	-	134,17	95,94	99,40	310,0	112,7	62,3	566,8	120,67	557,48
Out./01	-	149,26	98,68	99,33	309,2	107,0	53,2	547,1	122,17	561,36
Nov./01	-	142,43	96,26	99,05	291,4	116,1	56,8	540,7	123,37	565,12
Dez./01	3,1	125,70	97,73	98,95	361,3	143,3	77,9	658,6	125,16	572,59
Jan./02	-	130,02	100,70	100,70	244,8	102,1	84,8	512,0	126,11	576,45
Fev./02	-	130,65	102,64	101,66	282,5	155,3	59,1	572,7	126,20	577,21
Mar./02	-	153,31	98,29	100,38	245,8	108,3	49,7	479,4	127,22	576,94
Abr./02	-	168,70	110,88	103,21	310,3	138,6	64,1	595,5	128,28	577,39
Mai./02	-	163,55	105,73	103,75	295,5	120,0	54,2	550,0	128,89	577,12
Jun./02	-	151,80	102,84	103,60	294,0	122,2	66,2	569,4	129,68	577,79
Jul./02	-	157,24	104,07	103,67	292,3	130,5	66,3	569,6	131,05	593,97
Ago./02	-	153,02	97,95	102,91	313,1	125,6	64,4	587,3	131,95	603,19
Set./02	-	147,97	110,29	103,66	333,9	131,7	65,8	617,0	133,87	609,38
Out./02	-	161,56	108,24	104,13	328,5	126,0	56,6	598,3	136,58	615,62
Nov./02	-	149,62	105,05	104,21	380,1	144,4	59,2	669,7	142,78	630,81
Dez./02	1,8	126,57	100,69	103,96	480,5	174,8	99,5	843,6	145,85	644,09
Jan./03	-	131,94	101,48	101,48	461,2	128,5	96,2	771,9	149,37	654,01
Fev./03	-	-	-	-	365,5	152,0	73,0	676,9	150,73	664,31
Mar./03	-	-	-	-	-	-	-	-	153,25	672,98
Abr./03	-	-	-	-	-	-	-	-	-	678,29

(continua)

## ECONOMIA DO RS

Variáveis selecionadas — nov./00-abr./03

MESES E ANOS	SALDO DE ADMISSÕES E DESLIGAMENTOS COM CARTEIRA	DESEMPREGO NA RMPA		RENDIMENTOS NA RMPA (2)		CONSUMO DE ENERGIA ELÉTRICA (3) (Mwh)		EXPORTAÇÕES VALOR (US\$ 1 000)
		Taxa de Desemprego		Ocupados (8)	Assalariados (9)	Industrial	Total	
		Aberto	Total					
Nov./00	8 689	9,6	15,9	833	827	623 480	1 580 276	487 985
Dez./00	-11 632	9,3	15,0	855	843	609 475	1 630 893	452 039
Jan./01	6 019	9,1	14,4	869	870	525 439	1 682 432	414 295
Fev./01	3 426	9,3	14,7	873	884	602 228	1 739 468	400 950
Mar./01	10 016	9,6	15,4	855	878	615 360	1 803 647	520 790
Abr./01	15 810	10,2	15,6	863	882	643 148	1 756 774	489 574
Mai/01	-5 421	10,2	15,4	849	855	618 173	1 602 540	638 054
Jun./01	-1 372	10,0	15,0	852	852	653 234	1 579 597	632 236
Jul./01	-3 176	9,6	14,6	838	838	631 391	1 516 081	658 093
Ago./01	6 854	9,6	14,3	841	842	628 535	1 533 749	673 810
Set./01	7 532	9,8	14,5	859	867	607 149	1 510 227	569 020
Out./01	10 869	10,2	15,3	861	875	598 559	1 480 961	494 824
Nov./01	-	9,7	15,1	864	877	-	-	-
Dez./01	-10 978	9,2	14,8	847	850	586 626	1 570 998	468 839
Jan./02	10 652	8,9	14,5	825	820	784 376	1 588 496	370 754
Fev./02	6 150	9,2	15,0	826	830	593 381	1 717 735	372 940
Mar./02	9 401	9,9	15,8	833	847	588 580	1 694 484	401 451
Abr./02	13 097	10,4	15,7	848	868	625 105	1 701 398	455 825
Mai/02	-6 787	10,7	16,0	852	863	646 439	1 642 984	561 499
Jun./02	-2 959	10,7	15,9	858	862	676 025	1 634 102	568 815
Jul./02	-6 283	10,3	15,9	871	868	652 067	1 567 947	827 555
Ago./02	-474	10,3	15,4	869	862	657 313	1 602 259	632 388
Set./02	10 392	10,4	15,5	873	861	636 816	1 572 812	561 132
Out./02	7 611	10,1	15,1	862	848	630 398	1 577 042	641 666
Nov./02	13 593	9,6	14,8	832	833	664 146	1 647 188	485 592
Dez./02	-11 705	9,1	14,2	816	809	631 508	1 648 850	495 828
Jan./03	19 496	9,1	14,3	782	790	528 405	1 676 207	449 010
Fev./03	-	9,3	14,8	-	-	592 614	1 777 344	509 346
Mar./03	-	-	-	-	-	578 305	1 713 112	-
Abr./03	-	-	-	-	-	-	-	-

FONTES: FEE. IBGE. MICT. PED-RMPA. Secretaria da Fazenda-RS. IEPE. SINDUSCON. Ministério do Trabalho e Emprego.

(1) Refere-se à taxa anual. (2) Inflator utilizado: IPC-IEPE; valores em reais de jan./03. (3) Refere-se à soma do consumo de energia elétrica divulgado pelas três principais operadoras do Estado (RGE, AES-SUL e CEEE). (4) Base: média de 1991 = 100. (5) Base: igual mês do ano anterior = 100. (6) Base: igual período do ano anterior = 100. (7) Base: abr./98 = 100. (8) Exclusive os assalariados e os empregados domésticos assalariados que não tiveram remuneração no mês, os trabalhadores familiares sem remuneração salarial e os trabalhadores que ganham exclusivamente em espécie ou benefício. (9) Exclusive os assalariados que não tiveram remuneração no mês e os empregados domésticos.



## Racionalidade microeconômica e transgenia na lavoura gaúcha

Os produtores gaúchos estão colhendo uma safra de 19 milhões de toneladas de grãos, quase três milhões de toneladas a mais com relação à precedente, as quais correspondem a 28% do aumento da produção nacional em 2003. Nenhum outro estado registrou tal performance em termos absolutos. Esses números explicam-se pelo aumento da produtividade da lavoura, uma vez que a área cresceu 2,6%, e a tonelage produzida, 18%.

Tais resultados, extremamente auspiciosos, foram obscurecidos pela polêmica surgida em torno da comercialização da safra de soja de origem transgênica. Mas também, não é para menos. Estima-se que, em 60% ou 65% da área plantada com soja colhida em 2003, foram utilizadas sementes modificadas, originalmente contrabandeadas da Argentina.

Cabe indagar as razões que levaram os produtores gaúchos a desafiar a lei que proíbe a comercialização da soja transgênica e assumirem tal risco.

Benami Bacaltchuk, da Embrapa de Passo Fundo, dá indicações a respeito. A opção por essa semente reduziria significativamente o custo de produção de várias maneiras. Primeiro, no plantio convencional da soja, o produtor utilizava cerca de 30% de sementes próprias e comprava 70% de sementes certificadas no mercado. No plantio com sementes modificadas, ele praticamente inverteu a relação em favor da semente própria, transgênica, prática que reduz o custo das sementes no custo total. Em segundo lugar, a semente

transgênica utilizada está associada a um herbicida que pode diminuir para a metade o número de aplicações de defensivos na lavoura. Em terceiro lugar, o herbicida em questão custaria 30% a menos que os demais. Embora essa redução de custo beneficie a todos os produtores, é, no entanto, vital para os que exploram *commodities* em pequenas e médias escalas, onde se inclui grande parte dos produtores gaúchos.

Produção de arroz, feijão, milho, soja e trigo nas principais regiões e estados da Região Sul — 2002 e 2003

UNIDADES GEOGRÁFICAS	ANOS		VARIAÇÃO
	2002	2003	2003/2002
<b>BRASIL</b> .....	93 979	104 205	10 226
<b>Região Sul</b> .....	42 187	47 366	5 179
Rio Grande do Sul	16 266	19 166	2 900
Paraná .....	21 097	22 145	1 048
Santa Catarina .....	4 823	6 054	1 231
<b>Centro-Oeste</b> .....	29 773	32 001	2 228
<b>Sudeste</b> .....	13 663	13 903	240
<b>Outras regiões</b> ....	8 356	10 935	2 579

FONTE: Sidra-IBGE.

Maria D. Benetti (FEE/NEA)

## O Moderfrota e a produção e a venda de máquinas agrícolas

O desempenho favorável da indústria gaúcha tem sido marcadamente influenciado pelos setores ligados à agroindústria e por outros voltados para o mercado externo. Destaca-se aqui a contribuição positiva do gênero mecânica, alavancada pelo crescimento da produção de máquinas e implementos agrícolas, estimulado pelo programa Moderfrota do Sistema BNDES/Finame. A sua criação, em março de 2000, já possibilitou a renovação de cerca de 20% da frota nacional de tratores e colheitadeiras, beneficiando diretamente o RS, que abriga a maior parte do parque industrial produtor de máquinas e implementos agrícolas no País.

A importância do Moderfrota para o desempenho do setor fica evidente nos dados relativos aos primeiros meses de 2003. Embora a produção e as exportações apresentassem taxas de crescimento positivas, dando continuidade à excelente performance nacional em 2002 (respectivamente, 17,3% e 26,4%), o esgotamento antecipado dos recursos do programa, juntamente com o anúncio de alterações nas taxas, nos limites e nos prazos, provocou uma retração substancial nas vendas internas nesse período, contrapondo-se a um crescimento de 19,8% em 2002. A recente liberação de R\$ 800 milhões para o programa, juntamente com mudanças relativamente suaves na concessão do financiamento, entretanto, deverá reverter esse quadro, garantindo a continuidade de crescimento da produção industrial desses bens. Soma-se a isso, a expectativa de retomada das exporta-

ções para a Argentina em níveis significativos e de manutenção do mercado norte-americano, o principal parceiro comercial.

Taxa de variação da produção, vendas internas e exportações de máquinas agrícolas no Brasil e no RS — jan.-fev./02 a jan.-fev./03

DISCRIMINAÇÃO	PRODUÇÃO	VENDAS INTERNAS	EXPORTAÇÃO
<b>Rio Grande do Sul</b> .....	7,8	-14,4	46,3
Tratores de rodas .....	6,6	-7,7	10,3
Colheitadeiras .....	11,3	-31,4	186,5
Outros .....	-	-	-
<b>Brasil</b> .....	7,6	-17,7	65,0
Tratores de rodas .....	11,0	-19,0	62,2
Colheitadeiras .....	3,5	-31,2	176,7
Outros .....	-18,3	37,1	-22,8

FONTE: Anfavea.

Silvia Horst Campos (FEE/NEI)

# Jovens no mercado de trabalho da RMPA

No ano 2000, a Organização Internacional do Trabalho (OIT) divulgou um estudo intitulado **Emplear a los Jóvenes: Promover un Crecimiento Intensivo en Empleo**, que se constitui em um diagnóstico amplo sobre a situação dos jovens no mercado de trabalho, no âmbito internacional. De modo geral, o estudo demonstra uma maior adversidade dos jovens no mercado de trabalho em comparação ao grupo etário adulto em praticamente todas as nações.

No âmbito local, a Pesquisa de Emprego e Desemprego na Região Metropolitana de Porto Alegre (PED-RMPA) permite delinear um quadro da situação dos jovens de 16 a 24 anos no mercado de trabalho. Em termos demográficos, havia 610 mil jovens na RMPA em 2002, o que correspondia a 23,0% da População em Idade Ativa (PIA) com 16 anos ou mais. No que diz respeito ao mercado de trabalho, 417 mil jovens encontravam-se na População Economicamente Ativa (PEA), representando 24,2% da PEA metropolitana com 16 anos ou mais. É interessante destacar que os jovens evidenciavam maior nível de engajamento no mercado de trabalho da RMPA, pois sua taxa de participação (68,4%) era superior à dos adultos (63,9%).

De acordo com a PED, havia 305 mil jovens ocupados na RMPA em 2002, o que significava praticamente 20,0% do número de ocupados com 16 anos ou mais. O estoque de desempregados jovens na RMPA era de 112 mil indivíduos, sendo sua participação de 43,4% no número de desempregados com 16 anos ou mais. Este último indicador deixa claro, portanto, que os jovens estavam mais do que proporcionalmente representados no contingente de desempregados da RMPA. Essa afirmação pode ser também corroborada pela taxa de desemprego juvenil, que era de 26,9%, enquanto a do grupo etário adulto se situava em 11,2%. As causas dessa maior incidência do desemprego entre os jovens são complexas, mas se pode sugerir que elas estão associadas à ausência de experiência e de formação profissional adequada para a obtenção de uma ocupação.

Os jovens ocupados na RMPA tinham um nível de rendimento médio real de R\$ 472,00 em 2002, o qual era aproximadamente a metade daquele dos adultos ocupados. Embora não seja possível aqui analisar as causas desse diferencial de rendimentos entre jovens e adultos, uma hipótese plausível para explicá-lo é a de que

grande parte dos jovens se encontram em postos de trabalho que se caracterizam por exigências modestas em termos de habilidades e nos quais a rotatividade no emprego é muito acentuada, o que incide negativamente sobre o seu nível de remuneração.

Esse quadro esboçado sobre a situação dos jovens no mercado de trabalho da RMPA remete para a necessidade de políticas públicas para esse contingente populacional. Nesse sentido, experiências como a do Programa Primeiro Emprego do Governo do Estado merecem ser reforçadas e aprimoradas, pois se constituem em tentativas de enfrentamento da maior adversidade encontrada pelos jovens quando de sua inserção no mercado de trabalho.

Indicadores selecionados, por faixas etárias, do mercado de trabalho da RMPA — 2002

INDICADORES	JOVENS (1)	ADULTOS (2)
População em Idade Ativa (1 000 pessoas) .....	610	2 040
População Economicamente Ativa (1 000 pessoas) .....	417	1 304
Taxa de participação (%) ....	68,4	63,9
Número de ocupados (1 000 pessoas) .....	305	1 158
Número de desempregados (1 000 pessoas) .....	112	146
Taxa de desemprego total (%) .....	26,9	11,2
Rendimento médio real dos ocupados (R\$) .....	472,00	947,00

FONTE: PED-RMPA - Convênio FEE, FGTS/SINE-RS, SEADE-SP, DIEESE e apoio PMPA.

(1) Jovens são os indivíduos de 16 a 24 anos. (2) Adultos são os indivíduos com mais de 24 anos.

**Raul Luís Assumpção Bastos (FEE/PED)**

**CARTA DE CONJUNTURA FEE** (elaborada com informações até 10.04.03).

ISSN 1517-7262

A **Carta de Conjuntura FEE** é uma publicação mensal de responsabilidade dos editorialistas. As opiniões não exprimem um posicionamento oficial da FEE ou da Secretaria da Coordenação e Planejamento.

Tiragem: 1.200 exemplares.



**Fundação de Economia e Estatística**  
**Siegfried Emanuel Heuser**

Presidente: Aod Cunha de Moraes Junior

Diretor Técnico: Álvaro Antônio Louzada Garcia

Diretor Administrativo: Antonio Cesar Gargioni Nery

**Conselho Editorial da Carta:** Álvaro Antônio Louzada Garcia, Jorge da Silva Accurso, Maria Isabel Herz da Jornada e Roberto da Silva Wiltgen.

Fundação de Economia e Estatística Siegfried Emanuel Heuser

Rua Duque de Caxias, 1691 - Porto Alegre

CEP 90010-283

E-mail conjuntura@fee.tche.br

www.fee.tche.br

#### EDITORIAÇÃO

**Supervisão:** Valesca Casa Nova Nonnig. Secretária: Luz Da Alva Moura da Silveira.

#### Revisão

Coordenação: Roselane Vial. Revisores: Breno Camargo Serafini, Rosa Maria Gomes da Fonseca, Sidonia Therezinha Hahn Calvete e Susana Kerschner.

#### Editoria

Coordenação: Ezequiel Dias de Oliveira. Composição, diagramação e arte final: Alexander Gurgel Marques, Cirei Pereira da Silveira, Denize Maria Maciel, Ieda Koch Leal e Rejane Maria Lopes dos Santos. Conferência: Elisabeth Alende Lopes, Lenoir Buss e Rejane Schmitt Hübner. Impressão: Cassiano Osvaldo Machado Vargas, Luiz Carlos da Silva e Mauro Marcelino da Silva.